

Termo de Referência 113/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
113/2024	102303-ESP-UNESP-FACUL.CIENC.FARMACEUT.-C. ARARAQUARA	ANDRE LUIZ SPOTO	04/06/2024 16:31 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		146/2024

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de material de limpeza, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÁGUA SANITARIA, frasco 1 litro	310507	FRASCO	200	R\$ 2,79	R\$ 558,00
2	AMACIANTE de roupas, frasco 2 litros	485390	FRASCO	50	R\$ 8,48	R\$ 424,00
3	Desinfetante pinho, frasco 1 litro	612086	FRASCO	100	R\$ 6,99	R\$ 699,00
4	* Detergente líquido. Composição : Alquil benzeno sulfonado de sódio linear, alquil bezeno sulfonato de trietanolamina, lauril éster sulfato de sódio, coco amido propil betaína, sulfato de magnésio, EDTA, formol, corante, perfume e água, tensoativo biodegradável. Frasco de 500 ml – MARCAS APROVADAS: LIMPOL, YPÊ, MINUANO. Utilizado para limpeza de laboratório de cosmetologia para limpeza de pomada e outros produtos, portanto as únicas marcas que atenderam foram as aprovadas acima.	372748	FRASCO	400	R\$ 3,00	R\$ 1.200,00
5		481018	UNIDADE	400	R\$ 1,26	R\$ 504,00

	Esponja de dupla face: lado verde: fibra sintética com abrasivo e lado amarelo: espuma de poliuretano, dimensões mínimas: 110 X 75 X 20 mm.					
6	Esponja de lã de aço. Pacote com 08 unidades.	481018	PACOTE	50	R\$ 2,92	R\$ 146,00
7	Filme transparente de pvc 28 cm x 15 m. Rolo de 15 m.	393150	ROLO	200	R\$ 3,99	R\$ 798,00
8	Flanela 100% algodão, medindo no mínimo 30 cm de largura e 40 cm de comprimento, laranja.	481021	UNIDADE	100	R\$ 4,99	R\$ 499,00
9	Fósforo curto, fino, feito de madeira reflorestada, possui fósforo vermelho em uma das extremidades, caixa com 40 palitos. Maço com 10 caixas.	279329	MAÇO	150	R\$ 4,00	R\$ 600,00
10	Inseticida doméstico aerosol 380ml.	484679	FRASCO	50	R\$ 11,90	R\$ 595,00
11	Limpador a base de amoníaco, desengordurante para limpeza pesada, frascos contendo 500 ml cada	249903	FRASCO	50	R\$ 4,99	R\$ 249,50
12	Papel alumínio 45 cm de largura x 7,5 metros de comprimento,	233708	ROLO	100	R\$ 7,49	R\$ 749,00
13	* Papel higiênico, folha simples, classe 01, na cor branca MARCAS APROVADAS: CHARME, PERSONAL, NEVE, MIRAFIORI, FOFINHO, PACOTE COM 4 ROLOS	352073	PACOTE	50	R\$ 5,25	R\$ 262,50
14	* Papel higiênico, folha dupla, classe 01, na cor branca- MARCAS APROVADAS: CHARME, PERSONAL, NEVE, MIRAFIORI e FOFINHO PACOTE COM 04 ROLOS	224638	PACOTE	50	R\$ 7,54	R\$ 377,00
15	Sabão de coco em barra/pedra neutro glicerinado, embalado individualmente, devendo pesar no mínimo 200 g.	254879	UNIDADE	50	R\$ 4,99	R\$ 249,50
16	PANO DE LIMPEZA,100%ALGODAO,SACO ALVEJADO, (74X45)CM, S/ACAB.,BRANCO	413363	UNIDADE	100	R\$ 4,80	R\$ 480,00
17		470832	PACOTE	10	R\$ 34,50	R\$ 345,00

	Saco de lixo p/acondicionamento de resíduo comum; de polietileno; com capacidade de 60 litros; medindo aproximadamente (60 x 70)cm (l x a),Pacote com 100 unidades.					
18	Saco de Lixo P/uso Domestico; de Resina Termoplástica de Origem Sustentável; Com Capacidade de 40 Litros; Medindo No Mínimo 80 Cm de Altura, 63 Cm de Largura, PACOTE COM 100 UNIDADES	470829	PACOTE	10	R\$ 23,90	R\$ 239,00
19	Saco de lixo p/acondicionamento de resíduo comum; de polietileno; com capacidade de 20 litros; medindo aproximadamente (40 x 60)cm (l x a). Pacote com 100 unidades.	355268	PACOTE	10	R\$ 15,75	R\$ 157,50
20	Saco de lixo p/acondicionamento de resíduo comum; de polietileno; com capacidade de 100 litros; medindo (75 x 105)cm (l x a), Pacote com 100 unidades.	470833	PACOTE	10	R\$ 42,90	R\$ 429,00
21	Saponáceo em pó. de FRASCO COM 300 gramas .	397907	FRASCO	20	R\$ 3,90	R\$ 78,00
22	* Desinfetante lysoform bruto, PRINCIPIO ATIVO TENSOATIVO CATIONICO, bactericida, germicida e fungicida. Frasco de 1 litro.Cloreto de Benzil Alquil Dimetil Amônio Desinfetante Lysoform Bruto tem como principio ativo: 0,45% Cloreto de Benzil Alquil Dimetil Amônio/Cloreto de Didecil Dimetilamônio (Formol),Marca aprovada : Desinfetante Lysoform Bruto Original 1 litro – SC Johnson. UTILIZADO PARA LIMPEZA DE LABORATÓRIO E A ÚNICA MARCA QUE NOS ATENDEU FOI A CITADA ACIMA.	612086	FRASCO	100	R\$ 13,99	R\$ 1.399,00
23	Sabão Alvejante; Em PÓ; CAIXA COM 1 KG;	234325	CAIXA	30	R\$ 12,49	R\$ 374,70
24	Luva de borracha 100 % látex tamanho grande	366698	UNIDADE	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00
25	Luva de borracha 100 % látex tamanho médio	366699	UNIDADE	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00
26	Luva de borracha 100 % látex tamanho pequeno	366700	UNIDADE	50	R\$ 2,80	R\$ 140,00

27	Álcool etílico hidratado para limpeza concentração 92,8º Inpm, FRASCO 1 LITRO	390766	FRASCO	300	R\$ 9,69	R\$ 2.907,00
----	---	--------	--------	-----	----------	--------------

*

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação 15 (quinze) dias contados do(a) recebimento do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. Materiais necessários para a composição do estoque do almoxarifado da Faculdade de Ciências Farmacêuticas com base na demanda semestral.
- 2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, pois o órgão requisitante dispensa essa obrigatoriedade para o ano base.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

Descrição completa no item 1 - Definição do Objeto.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Não se aplica.

Subcontratação

- 4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 15 dias, contados do(a) recebimento do empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 3 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço RODOVIA ARARAQUARA - JAÚ, KM 01, SEM Nº, CAMPOS VILLE, CEP 14800-903, ARARAQUARA - SP, sendo entregues no almoxarifado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente após a emissão da nota fiscal e confirmação do recebimento de cópia digital da página do jornal onde foi realizada a publicação no qual serão analisados a data da publicação, o texto e o jornal em que foi efetivada.

7.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

7.4. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a nota de entrega emitida pelo sistema de Almoxarifado;

7.5. A fiscalização não efetuará o ateste da medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art.. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante emissão do Atestado Fiscal para fins de pagamento.

7.8. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

Liquidação

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade; 7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante; 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato; 7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.12. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68da Lei nº 14.133/2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique

proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 67.608/2023, e o artigo 1º do Decreto nº 32.117/1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A (Decreto Estadual nº 62.867, de 03 de outubro de 2017).

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA de LICITAÇÃO, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

8.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

8.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 2 (dois) dias úteis, sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

Contratação

8.9. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.10. O adjudicatário terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar a Nota de Empenho, sob pena de decair o direito à contratação.

8.10.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.11. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.12. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste termo de referência, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.13. Constitui condição para a celebração do contrato, bem como para a realização dos pagamentos dele decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual n. 12.799/2008.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 14.739,70

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.739,70 (Quatorze mil setecentos e trinta e nove reais e setenta centavos), conforme tabela do item 1.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. No presente exercício as despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Campus de Araraquara.

10.2. A dotação orçamentária da contratação será indicada no corpo da nota de empenho, emitida de acordo com a demanda do órgão.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RICARDO LUIZ NUNES DE SOUZA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 16:31:06.

GUILHERME PEREIRA PISI

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 04/06/2024 às 16:24:18.